

A estratégia

Dívida externa

para negociar com os bancos

20 FEV 1987

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

O presidente José Sarney deverá anunciar hoje, através de uma cadeia de rádio e televisão, medidas importantes em relação à dívida externa, que definirão um novo parâmetro de negociação com os credores.

A suspensão de pagamentos dos juros aos bancos privados é, segundo o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, uma "hipótese" que poderá ser acionada e vigorar durante todo o processo de negociação.

O consultor geral da República, Saulo Ramos, informou ontem à noite, em entrevista telefônica a este jornal, que o governo decide hoje em reunião às 10 horas se suspende ou não o pagamento dos juros da dívida externa.

"O Brasil pode suspender o pagamento dos juros por noventa dias enquanto renegocia a sua dívida. Isso é permitido pela lei de Nova York, que rege todos os débitos que temos. Se não fizermos isso, ficare-

mos sangrando durante a negociação", afirmou o consultor.

Ele está otimista em relação ao prazo da renegociação, porque o não pagamento dos juros durante esse período apressará os entendimentos.

O presidente poderá, também, anunciar algumas medidas internas de austeridade para o setor público e na área financeira. Se forem adotadas, servirão como uma prova de seriedade e propósitos do País.

A eventual suspensão dos pagamentos externos, que o governo prefere não chamar de moratória, aconteceria simultaneamente a um "convite aos credores para negociarem com o País", como definiu uma fonte. Ela atingiria apenas os bancos privados.

O Brasil continuaria pagando os juros aos bancos oficiais (com quem firmou um acordo recente no âmbito do Clube de Paris), às instituições multilaterais, como o Banco Mundial, e respeitaria outros compromissos financeiros, como

remessas de lucros e dividendos.

Se a suspensão ocorrer, poderá, segundo três fontes, ter um prazo inicial de noventa dias. A economia seria substancial. Um ministro do PMDB disse à editora Cecília Pires que, em três meses, o País poderia economizar cerca de US\$ 2,5 bilhões, que viriam ajudar a manter as reservas que hoje estariam entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Durante a suspensão parcial do pagamento dos juros, se for adotada, o governo brasileiro deverá depositar o equivalente em cruzados no Banco Central, porque é a moeda que o País tem. No futuro ela será convertida em moeda forte. O governo entende que a suspensão parcial do pagamento é um passo para a negociação. Mas a moratória seria uma ruptura com os credores.

O ministro Funaro não entende a iniciativa brasileira como ato de confronto, mas algo semelhante ao que foi feito, em meados do ano passado, com as dívidas oficiais no Clube de Paris.

Os países desenvolvidos resistiam em acertar um acordo de renegociação com o Brasil sem um programa formal do FMI. O País, unilateralmente, fixou um limite para o pagamento dessas dívidas e passou a depositar os recursos em nome dos países beneficiários. Houve forte reação à atitude brasileira, mas os países acabaram embolsando os pagamentos e, em janeiro, firmaram um acordo, mesmo sem que o Brasil estivesse negociando um programa com o Fundo.

O que se quer fazer agora é semelhante — e Funaro usou a imagem do Clube de Paris para explicar a um grupo de parlamentares, na noite de quarta-feira, o que estava sendo estudado. O Brasil suspenderia o pagamento dos juros aos bancos privados, mas continuaria a pagar estes recursos, em cruzados, no País, em favor desses bancos.

Ao mesmo tempo, abriria negociações para obter cerca de US\$ 4 bilhões desses bancos. Não há nenhuma disposição em Brasília de negociar um programa formal com o FMI.

Nos últimos dias, discutiu-se também a adoção de medidas de austeridade

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

para o setor público, que poderão vir a ser anunciadas junto com a suspensão dos pagamentos, como uma prova de seriedade de propósitos do País.

Elas envolveriam, segundo uma fonte, cortes de subsídios ao consumo e ao crédito e uma solução para a delicada situação dos bancos estaduais — a maioria com rombos enormes em suas contas.

Uma fórmula estudada foi a idéia deixada pelo ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, de o governo federal assumir o controle desses bancos em troca de seu saneamento. Com isso, seria fechada uma permanente fonte de geração de gastos sem controle federal.

Para acertar a adoção dessas medidas faltava, segundo a fonte, resolver algumas dúvidas jurídicas e arredondar um suporte político. É possível, também, segundo outra fonte, que o governo anuncie duas medidas para o setor finan-

ceiro: o tabelamento ou controle da margem de lucro ("spread") dos intermediários financeiros e a proibição da emissão de títulos prefixados. Ambas teriam algum reflexo positivo sobre os juros.

O governo cogitou em realizar uma reunião ministerial hoje pela manhã para discutir as medidas, mas a idéia acabou abandonada em favor do pronunciamento presidencial em rádio e TV.

A decisão na área externa será tomada, dado o risco de que as reservas cambiais atingissem um limite perigoso. O mínimo necessário, segundo um parâmetro internacional usual, seria manter o equivalente de três a quatro meses de importação em reservas disponíveis. Para o Brasil, isso significa exatamente o nível atual, entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Apesar dos baixos saldos comerciais registrados nos últimos meses, uma fonte disse que o ritmo de fechamento de câmbio foi bastante razoável em janeiro, chegando próximo a US\$ 1 bilhão, ou seja, o suficiente

para pagar os compromissos mensais sem perdas adicionais de reservas.

O resultado do saldo comercial reflete o embarque de mercadorias exportadas e o ingresso de bens importados. As reservas estão relacionadas ao fechamento de câmbio, depois de fechado o contrato de exportação ou de importação. Os juros altos internos teriam estimulado o fechamento de câmbio em janeiro e os números registrados poderiam ser um indicio de possíveis melhoras futuras nos saldos comerciais mensais.

Mesmo assim, as reservas, na melhor das hipóteses, segundo essa fonte, poderiam manter-se estáveis (embora uma projeção do BC indique sua queda para algo entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões nos próximos dois meses). Qualquer movimento de queda, contudo, poderia reduzir as reservas abaixo do limite de segurança. Daí a decisão de suspender o pagamento de juros.

O Brasil precisa de cerca de US\$ 4 bilhões em recursos adicionais neste ano, caso consiga obter um saldo comercial de US\$ 10,2 bilhões, como prometeu ao Clube de Paris. Várias projeções consideram mais realista prever um saldo de US\$ 8 bilhões, o que elevaria a necessidade para cerca de US\$ 6 bilhões.

O Brasil quer acertar o ingresso desses recursos

com credores privados e oficiais, mas a suspensão do pagamento dos juros privados seria uma forma alternativa de preservar o nível das reservas cambiais honrando outros compromissos.

O parâmetro do que se quer na negociação externa está definido, na verdade, há muito tempo, com endosso público do próprio presidente Sarney: o Brasil não quer remeter ao exterior mais do que o equivalente a 2,5 a 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB).

E o máximo que, nos cálculos da Fazenda, é possível enviar sem comprometer o nível mínimo de investimentos internos necessários para sustentar um crescimento anual de 6 a 7% do PIB. A suspensão do pagamento de juros é apenas o início de um processo que deverá ser longo e muito difícil.

O governo teve o cuidado de negociar todas as providências com o setor público. Fica em aberto, para o futuro, outra idéia que agrada à Fazenda, mas que muitos consideram inviável de imediato: conseguir uma trégua, por três ou seis meses, de reajustes de preços e salários, de forma a reduzir o patamar inflacionário. Para isso, a maioria dos técnicos considera indispensável haver, antes, uma acomodação dos preços relativos e uma negociação política. A intenção continua de pé.